

Câmara anistia PMs que ocuparam becos

DF, Invasão

Projeto, no entanto, precisa de votação em segundo turno e da sanção do governador Roriz para virar lei

Os policiais militares e os bombeiros que invadiram becos em Ceilândia e Taguatinga em agosto do ano passado podem escapar da punição por terem ocupado área pública. A Câmara Legislativa do DF aprovou, ontem, em primeiro turno, projeto de autoria de Fábio Barcellos (PFL) que concede anistia aos invasores.

"Os militares fizeram isso porque estavam na expectativa de ter a casa própria", minimiza Barcellos. A ocupação dos becos de Ceilândia e das

quadras QNJ, QNL, QNG e M Norte de Taguatinga começou em 3 de agosto de 2003. Na época, o GDF prometeu punir os militares que não desocupassem o local com processo administrativo. O Serviço de Vigilância do Solo (Siv-Solo) liberou 247 lotes e demoliu 74 edificações. Ainda restam cerca de 30 becos ocupados por força de liminares. A anistia, porém, depende de votação em segundo turno e da sanção do governador Roriz.

A Corregedoria do DF nunca divulgou quais as puni-

ções aplicadas. Segundo Barcellos, constam suspensões de dois a dez dias na ficha dos militares. "Mas apenas uma única suspensão já é suficiente para prejudicar a folha funcional", afirma o parlamentar. A anistia será concedida aos policiais e bombeiros que desocuparam os becos "pacificamente" até o dia 15 de agosto do ano passado.

A ocupação dos becos foi uma reação dos militares que não foram beneficiados com os 700 lotes destinados à categoria em julho do ano passado. A idéia dos líderes do movimento era fazer uma ocupação progressiva. Depois de tomados os becos de Ceilândia e Taguatinga, seriam ocupadas áreas em setores do Gama e em Sobradinho.

Ainda restam cerca de

30

becos ocupados por policiais militares por força de liminares

Os deputados também aprovaram, em primeiro turno, projeto de autoria do deputado Benício Tavares (PMDB), que inclui a adesão ao programa Primeiro Emprego como critério de desempate nas licitações públicas realizadas no DF. "A aplicação desta medida contribuirá para a implementação da política de governo de incentivo ao primeiro emprego", justifica Benício. As propostas dele e de Barcellos ainda precisam ser aprovadas em segundo turno.

Também ontem, a Comissão de Assuntos Fundiários aprovou a criação da Região Administrativa de Itapuã, com votos favoráveis de Anilcéia Machado (PMDB) e Ivelise Longhi (PMDB) e contrário de Arlete Sampaio (PT).

Ivelise ressalta que a criação da Região Administrativa vai ajudar a combater a ocupação desordenada no local, que conta com cerca de 50 mil moradores. Arlete disse que era contra porque "ainda há diversas pendências fundiárias em Itapuã".